



Introdução

Prestar contas é o ato de relatar aos interessados, diretos e indiretos, a atividade da instituição no decurso de um ano. Trata-se de uma obrigação legal através da qual se avalia e justifica o dia-a-dia da entidade, a materialização dos objetivos traçados, até à justificação da execução financeira referente ao ano em relato.

A especificidade da atividade, muito exposta a financiamentos públicos, limita particularmente a sua ação, mas, por outro lado, dá uma responsabilidade acrescida na hora de prestar contas, pois trata-se de gerir dinheiros públicos.

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho financeiro de uma entidade. O objetivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação acerca da posição e desempenho financeiro e dos fluxos de caixa, que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões. As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte da direção dos recursos a ela confiados. Para satisfazer este objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação da instituição acerca do seguinte:

- a) Ativos;
- b) Passivos;
- c) Fundos patrimoniais;
- d) Rendimentos (réditos);
- e) Gastos e
- f) Outras alterações nos fundos patrimoniais.

Esta informação, juntamente com outra incluída nas notas do anexo, ajuda os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a sua tempestividade e certeza.

A entidade está obrigada a um conjunto completo de demonstrações financeiras que inclui:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados por natureza
- c) Demonstração de resultados por funções
- d) Demonstração de fluxos de caixa, e
- e) Um anexo em que se divulgam as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pela NCRF-ESNL.

Pressupostos subjacentes às DF's:

Regime do acréscimo - Os efeitos das operações serem reconhecidos nos períodos em que ocorrem, sendo registados nas DF dos períodos respetivos e não quando ocorrem recebimentos e pagamentos.



CASA DO MENINO JESUS

Continuidade - Pressupõe-se, na preparação das DF, que a instituição opera em continuidade no presente e futuro previsível, não se prevendo qualquer redução drástica ao nível do volume das operações, nem interrupções súbitas, prolongadas, ou irreversíveis na sua atividade operacional

Características qualitativas das DF:

Compreensibilidade - A preparação das DF tem como base a necessidade de prestar informação rapidamente apreendida pelos interessados – compreensível

Relevância - A materialidade é uma característica que afeta a relevância da informação, esta além de estar associada à natureza das informações dadas, está muito dependente da materialidade. À luz do princípio da materialidade, é material o procedimento ou valor que, evidenciado, omitido ou distorcido, pode alterar o fundamento do juízo que o utente da informação pode fazer sobre o valor da entidade e suas tendências, considerando os montantes envolvidos tendo por base a própria demonstração financeira.

Assim, eventuais erros de valores contabilísticos inexpressivos considerando o todo, o princípio da materialidade não obriga a nenhuma reserva ou ênfase.

No entanto, a qualidade da informação não se obriga apenas ao princípio da materialidade, mas também da relevância, estando neste caso em causa a influência que a informação financeira pode ter na hora do utilizador da informação ter de tomar determinadas decisões.

Fiabilidade - Visa isentar as DF de erros, lacunas, imprecisões e preconceitos que afetem a correta informação aos utentes interessados. Pretende-se com este princípio que as DF sejam dignas de confiança

Representação fidedigna – As DF devem representar com fidelidade todos os acontecimentos e situações que afetam a composição e valor dos Ativos, Passivos e Fundos Patrimoniais.

Neutralidade e Prudência - Na preparação das DF deve ter-se como princípios, a neutralidade, de forma a tornar a informação fiável e a prudência, quanto ao grau de precaução no exercício dos juízos necessários à elaboração de estimativas ligadas à possibilidade de perdas associadas com diminuições de ativos ou aumentos de passivos.

Comparabilidade – Deve ser entendida como a característica da informação financeira em ser confrontada com os impactos financeiros de operações similares quer no tempo, quer no espaço. A comparabilidade no tempo leva a que, numa dada unidade, os factos sejam registados de forma consistente ao longo dos vários períodos. Desta forma, será possível acompanhar, durante a sua vida, a evolução e tendências na posição financeira e nos resultados das operações realizadas. A comparabilidade no espaço permite que a posição financeira e os resultados de uma determinada unidade possam ser confrontados com unidades com atividade equivalente e analisadas no âmbito de um sector, pelo que todas deverão adotar sistemas normalizados assentes em princípios, critérios e regras comumente aceites.


Em síntese, podemos referir que estas características, aplicadas conjuntamente com regras, princípios e critérios contabilísticos adequados, permitem a obtenção de demonstrações financeiras capazes de proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das operações do fundo patrimonial.



CASA DO MENINO JESUS

Na nossa perspetiva, as demonstrações financeiras, além de uma obrigação legal, são também uma peça fundamental de suporte ao relatório da direção.

Neste sentido, elaborou-se o presente documento que acompanhado do relatório da direção deixamos aqui para vossa análise e discussão.



José Damasceno

(Contabilista certificado inscrito na

Ordem dos Contabilistas Certificados sob o n.º 1589)



BALANÇO

Rúbricas	Notas	Períodos	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.3/4	592.032,48	608.123,37
Propriedades de investimento	3.4/6	4.640,03	4.785,03
Ativos intangíveis	3.3/5	218,00	508,56
Investimentos financeiros	7	1.280,96	849,32
Sub-Total		598.171,47	614.266,28
Ativo corrente			
Inventários	9	614,91	827,61
Créditos a receber	3.5/12.1	11.241,78	8.550,10
Estado e outros entes públicos	12.1/15.2	2.039,53	2.898,21
Diferimentos	3.7/12.1/15.3	1.571,90	1.645,87
Outros ativos correntes	11.1/15.3	38.811,39	10.650,00
Caixa e depósitos bancários	3.14/12.2	64.551,81	82.635,94
Sub-Total		118.831,32	107.207,73
Total do ativo		717.002,79	721.474,01
Fundo patrimonial e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.4	522.496,71	522.496,71
Resultados transitados	15.4	-15.382,10	32.293,24
Ajustamentos / outras variações fundos patrimoniais	13.3	54.539,21	54.539,21
Sub-Total		561.653,82	609.329,16
Resultado líquido do período	15.4	9.211,47	-48.671,34
Total dos fundos patrimoniais		570.865,29	560.657,82
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3.6/12.2	6.873,84	
Passivo corrente			
Fornecedores	3.5/12.1	20.457,12	16.069,72
Estado e outros entes públicos	12.1/15.2	20.631,32	20.901,57
Financiamentos obtidos	3.6/12.2	7.324,94	43.155,30
Outros passivos correntes	12.1	90.850,28	80.689,60
Total do passivo		146.137,50	160.816,19
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		717.002,79	721.474,01



DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	10	79.110,50	75.358,99
Subsídios, doações e legados à exploração	10/11	592.882,65	544.102,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-85.107,31	-85.975,61
Fornecimentos e serviços externos	15.5	-152.978,50	-102.841,38
Gastos com o pessoal	13	-448.969,83	-472.251,63
Outros rendimentos	10	60.393,53	15.196,22
Outros gastos	15.6	-11.827,22	-709,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33.503,82	-27.119,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-23.606,69	-20.797,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.897,13	-47.916,78
Juros e gastos similares suportados	15.7	-685,66	-754,56
Resultado antes de impostos		9.211,47	-48.671,34
Resultado líquido do período		9.211,47	-48.671,34



CASA DO MENINO JESUS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

Rendimentos e Gastos	Jardim	Creche	Internato	POISE	CENTENARIO	Períodos	
						31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	41.091,29	36.210,38	1.808,83			79.110,50	75.358,99
Subsídios à exploração	110.546,46	116.986,44	321.748,67	37.888,08	5.713,00	592.882,65	544.102,74
Custo das matérias consumidas	-24.870,10	-24.190,17	-36.047,04			-85.107,31	-85.975,61
Fornecimentos e serviços externos	-22.858,70	-17.991,73	-83.777,78	-21.121,89	-7.228,40	-152.978,50	-102.841,38
Gastos com o pessoal	-115.569,70	-118.627,76	-207.508,42	-7.263,95		-448.969,83	-472.251,63
Outros rendimentos e ganhos	12.863,24	12.288,34	26.993,10	8.248,85		60.393,53	15.196,22
Outros gastos e perdas	-543,77	-543,75	-1.087,46	-9.502,24	-150,00	-11.827,22	-709,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	658,72	4.131,75	22.129,90		6.583,45	33.503,82	-27.119,77
Gastos/reversões de depreciação e de amorti:	-5.901,66	-5.901,68	-11.803,35			-23.606,69	-20.797,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-5.242,94	-1.769,93	10.326,55		6.583,45	9.897,13	-47.916,78
Juros e gastos similares suportados	-171,43	-171,44	-342,79			-685,66	-754,56
Resultado antes de impostos	-5.414,37	-1.941,37	9.983,76		6.583,45	9.211,47	-48.671,34
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-5.414,37	-1.941,37	9.983,76		6.583,45	9.211,47	-48.671,34



Demonstração das alterações do fundo patrimonial no período de 2017

Descrição	Fundo Patrimonial	Resultados Transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2017	522.796,71	102.603,52	54.539,21	-70.310,28	609.629,16
Resultado Líquido do período de 2016		-70.310,28		70.310,28	
Resultado exercício 2017				-48.671,34	-48.671,34
Posição em 31 de Dezembro de 2017	522.796,71	32.293,24	54.539,21	-48.671,34	560.957,82

Demonstração das alterações do fundo patrimonial no período de 2018

Descrição	Fundo patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Janeiro de 2017	522.496,71	32.293,24	54.539,21	-48.671,34	560.657,82
Resultado exercício de 2017		-48.671,34		48.671,34	
Outras variações		996,00			996,00
Resultado exercício de 2018				9.211,47	9.211,47
Posição em 31 de Dezembro de 2018	522.496,71	-15.382,10	54.539,21	9.211,47	570.865,29



CASA DO MENINO JESUS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rúbricas	Notas	Períodos	
		31-12-2018	31-12-2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		73.261,29	74.767,67
Subsídios, doações e legados à exploração		494.750,18	483.875,28
Pagamentos a fornecedores		-154.954,23	-107.285,78
Pagamentos ao pessoal		-377.392,37	-381.215,59
Caixa gerada pelas operações		35.664,87	70.141,58
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		-53.446,20	-66.948,71
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-17.781,33	3.192,87
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Ativos fixos tangíveis		-5.154,25	-20.827,65
Investimentos financeiros		-431,64	-464,64
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Ativos fixos tangíveis		34.500,00	
Investimentos financeiros			297,54
Juros e rendimentos similares		425,27	1.457,05
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		29.339,38	-19.537,70
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamentos obtidos		-28.956,52	-3.893,86
Juros e gastos similares		-685,66	-754,56
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-29.642,18	-4.648,42
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-18.084,13	-20.993,25
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.1	82.635,94	103.629,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.1	64.551,81	82.635,94



ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade

Casa do Menino Jesus

1.2. Sede

Rua Vasco da Gama Apartado 187

6200-217 Covilhã

1.3. NIPC

500998221

1.4. Natureza da atividade

A Casa do Menino Jesus é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública, com o C.A.E. principal 87901

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 18 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL), aprovadas pelo DL 36 A/2011.

Os instrumentos legais do SNC-ESNL são os seguintes:

- Decreto-lei 36 A/2011 de Portaria n.º 105/2011, de 9 de março (base para a apresentação das demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho de 2015 (Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo) que revogou o aviso 6726-B/2011 aplicável até 31/12/2015.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.



CASA DO MENINO JESUS

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Casa do Menino Jesus, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.2. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

3.3. Ativos fixos tangíveis / intangíveis

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas são as definidas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos



CASA DO MENINO JESUS

3.4. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimentos são mensuradas ao custo deduzido das amortizações. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

3.5. Dívidas de terceiros, fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas de terceiros, a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.6. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

3.7. Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

3.8. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.9. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, diuturnidades, abono para falhas, subsídio de transporte, subsídio de férias e de natal e fundos de compensação ao trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o



período seguinte, pelo que, os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.10. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.11. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efetuados juízos de valor nem estimativas, nem foram utilizados pressupostos capazes de afetar as quantias relatadas de ativos e passivos, ou as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, com exceção do referido em 10.

3.12. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Casa do Menino Jesus.

3.13. Fluxos de caixa

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Casa do Menino Jesus.

3.14. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	3.406,27	1.000,37
Depósitos à ordem	18.545,54	24.035,57
Outros depositos bancarios	42.600,00	57.600,00
Total	64.551,81	82.635,94

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.



A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Alienações	31-12-2018
Edifícios e outras construções	741.625,74	1.685,00		743.310,74
Equipamento básico	159.171,05	675,80		159.846,85
Equipamento de transporte	28.450,00			28.450,00
Equipamento administrativo	111.884,88	503,62		112.388,50
Outros ativos tangíveis	48.651,83	4.215,82		52.867,65
Ativo tangível bruto	1.089.783,50	7.080,24		1.096.863,74
Depreciações acumuladas	481.660,13	23.171,13		504.831,26
Ativo tangível líquido	608.123,37	30.251,37		592.032,48

5. ACTIVOS INTANGIVEIS

Descrição	31-12-2017	Adições	31-12-2018
Programas Computador	871,76		871,76
Ativo intangível bruto	871,76	0,00	871,76
Depreciações acumuladas	363,20	290,56	653,76
Ativo intangível líquido	508,56	290,56	218,00

6. PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO

A entidade optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo. Para maior detalhe sobre a política contabilística adotada consultar a nota 3.

Descrição	31-12-2017	Adições	31-12-2018
Edifícios e outras construções	7.250,03		7.250,03
Propriedade de investimento - valor bruto	7.250,03		7.250,03
Depreciações acumuladas	2.465,00	145,00	2.610,00
Propriedade investimento - valor líquido	4.785,03	145,00	4.640,03

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2013 tornou-se obrigatória a constituição de um fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, registado numa conta de investimentos financeiros e valorizado pelo custo.

Em 2015 foi constituído o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, que se destina a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das IPSS, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	1.114,46	682,82
FRSS	166,50	166,50
Investimentos Financeiros	1.280,96	849,32

8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

- a) Os gastos de financiamento são considerados de acordo com o período em que ocorrem, conforme referido na nota 3.7. Quando debitados antecipadamente difere-se o valor respeitante ao período não decorrido. Quando calculados postecipadamente são acrescidos no exercício.
- b) Os gastos considerados no exercício totalizaram 685,66.

9. INVENTÁRIOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das existências consumidas:

Movimentos	31-12-2018	31-12-2017
Saldo inicial	827,61	1.134,33
Compras	84.894,61	85.668,89
Saldo final	614,91	827,61
Gasto no exercício	85107,31	85975,61

10. RENDIMENTOS (Rédito e Ganhos)

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rúbricas	31-12-2018	31-12-2017	Varição
Prestação de serviços			
Mensalidades / Matriculas	74.392,84	72.068,74	3,22%
Quotas / joias	3.617,66	3.290,25	9,95%
Extra curriculares	1.100,00	-	-
Subsídios à exploração			
Do estado e outros entes publicos	515.528,16	481.625,58	7,04%
Doações e Heranças			
Doações	77.354,49	62.477,16	23,81%
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	9.104,27	980,00	829,01%
Descontos de pronto pagamento		0,03	-
Rendimentos e ganhos em inv.não financeiros	34.500,00	3.600,00	858,33%
Rendas	515,64	515,64	-
Venda energia	1.139,23	1.617,82	-29,58%
Outros	14.709,12	7.025,68	109,36%
Juros Obtidos	425,27	1.457,05	-70,81%
Total	732.386,68	634.657,95	15,40%

11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A contabilização dos subsídios à exploração é feita da seguinte forma:

- Os subsídios são contabilizados de acordo com o período a que o gasto corresponde
- No caso dos subsídios recebidos da segurança social são registados mensalmente de acordo com a sua atribuição. Em relação aos subsídios atribuídos pelo IEFP são registados de acordo com o valor dos gastos incorridos no período.

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS_IP - Acordos cooperação	390.168,08	392.431,01
PSERE+	83.907,84	83.946,24
IEFP	3.564,16	5.248,33
POISE	37.888,08	
Doações	77.354,49	62.477,16
Total	592.882,65	544.102,74



CASA DO MENINO JESUS

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

12.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

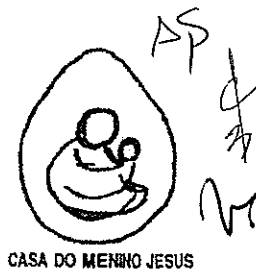
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Ativo		
Creditos a receber	11.241,78	8.550,10
Estado e outros entes públicos	2.039,53	2.898,21
Outros ativos correntes	38.811,39	10.650,00
Total do ativo	52.092,70	22.098,31
Passivo		
Fornecedores	20.457,12	16.069,72
Estado e outros entes públicos	20.631,32	20.901,57
Outras contas a pagar:		
Outros passivos correntes	90.850,28	80.689,60
Total do passivo	131.938,72	117.660,89

12.2. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição por Instituições de crédito:

Instituições de Crédito	31-12-2018	31-12-2017
Caixa Geral de Depósitos	3.333,38	28.333,34
Novo Banco - Contrato 0770078714	10.865,40	14.821,96
Total	14.198,78	43.155,30



Total dos futuros pagamentos mínimos à data do balanço e o seu valor presente para os períodos seguintes:

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Geral de Depósitos	3.333,38		3.333,38
Novo Banco - Contrato 0770078714	3.991,56	6.873,84	10.865,40
Total	7.324,94	6.873,84	14.198,78

Financiamentos obtidos não correntes	Períodos			Total
	2020	2021	2022	
Novo Banco - Contrato 0770078714	3.997,56	4.003,56	2.864,28	10.865,40
Total	3.997,56	4.003,56	2.864,28	10.865,40

13. Benefícios de empregados

Descrição	31-12-2018	31-12-2017	Varição
Remunerações do pessoal	365.438,82	382.415,78	-4,44%
Encargos sobre remunerações	79.529,98	84.243,45	-5,60%
Seguros acidentes trabalho	2.604,58	2.576,61	1,09%
Outros gastos com o pessoal	1.396,45	3.015,79	-53,70%
Total	448.969,83	472.251,63	-4,93%
N.º Médio Funcionarios	38	39	-2,56%

A rubrica «outros gastos» inclui gastos com a formação dos funcionários e estágios e programas ocupacionais protocolados com o IEFP.

14. Política contabilística adotada para os subsídios

A contabilização dos subsídios à exploração é feita da seguinte forma:

Os subsídios são contabilizados de acordo com o período a que o gasto corresponde. No caso dos subsídios recebidos da segurança social são registados mensalmente de acordo com a sua atribuição. Em relação aos subsídios atribuídos pelo IEFP são registados de acordo com o valor dos gastos incorridos no período.



CASA DO MENINO JESUS

15. Outras informações

15.1. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

15.2. Estado e outros entes públicos

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	2.039,53	2.898,21
Total	2.039,53	2.898,21
Passivo		
Retenção impostos sobre o rendimento	3.450,00	3.907,13
Outras Tributações (FCT/FGCT)	42,66	30,72
Contribuições para a segurança social	17.138,66	16.963,72
Total	20.631,32	20.901,57

15.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Diferimentos no ativo:		
Seguros	1.571,90	1.645,87
Total	1.571,90	1.645,87

15.4. Fundo patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fundo patrimonial apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Fundo social	522.496,71	522.496,71
Resultados transitados	-15.382,10	32.293,24
Outras variações capital próprio	54.539,21	54.539,21
Resultado líquido do período	9.211,47	-48.671,34
Total	570.865,29	560.657,82



CASA DO MENINO JESUS

15.5. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017	Variação
Fornecimentos e serviços externos			
Trabalhos especializados	30.071,10	16.278,74	84,73%
Publicidade e propaganda	546,12	-	-
Honorários	13.305,54	8.253,01	61,22%
Comissões	63,96	-	-
Conservação e reparação	11.997,07	5.545,12	116,35%
Serviços bancários	207,74	1.074,11	-80,66%
Outros Serviços	570,00	-	-
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	566,43	999,75	-43,34%
Material escritório	1.522,81	1.297,89	17,33%
Artigos para oferta	3.136,78	-	-
Material didático	9.327,08	5.224,08	78,54%
Outros Materiais	146,21	152,83	-
Eletricidade	19.242,66	12.453,45	54,52%
Combustíveis	5.459,25	5.258,94	3,81%
Água	12.140,12	10.050,38	20,79%
Deslocações e estadas	488,21	577,12	-15,41%
Transporte de pessoal	1.194,25	1.068,80	11,74%
Deslocação utentes	1.601,30	337,95	373,83%
Rendas e alugueres	3.959,29	1.322,37	199,41%
Comunicação	2.812,59	2.216,83	26,87%
Seguros	3.251,76	1.741,70	86,70%
Contencioso e notariado	20,40	27,06	-24,61%
Limpeza, higiene e conforto	6.524,20	8.377,56	-22,12%
Outros Serviços	24.823,63	20.583,69	20,60%
Total	152.978,50	102.841,38	48,75%



CASA DO MENINO JESUS

15.6. Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:


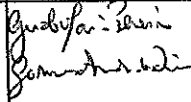
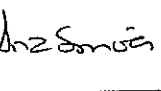
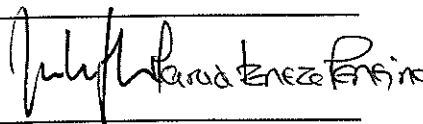
Descrição	31-12-2018	31-12-2017	Varição
Outros gastos			
Impostos Indiretos	3,42	141,37	-
Taxas	897,09	61,99	93,09%
Quotizações	800,00	400,00	-
Donativos	150,00	105,00	30,00%
Despesas Formandos	7.611,01		-
Outros encargos	138,48	0,74	-
Total	9.600,00	709,10	92,61%

15.7. Gastos de financiamento

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de gastos e perdas de financiamento apresentava a seguinte decomposição:

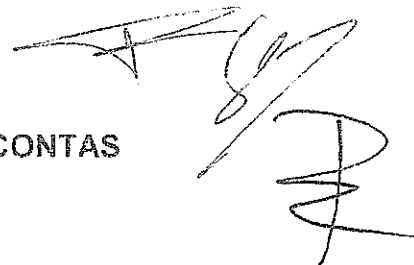
Rúbricas	31-12-2018	31-12-2017	Varição
Gastos de financiamento			
Juros suportados com financiamentos obtidos	685,66	321,07	113,55%
Total	685,66	321,07	113,55%

Covilhã, 28 de março de 2019

Contabilista Certificado	Presidente	Vice Presidente	Tesoureiro	Secretário
				
José Damasceno (Inscrito na O.C.C. sob o n.º 1589)	Guida Maria Pereira Gomes Andrade Dias	Ana Maria Puebla Simões	Julio Berto Dos Santos Fazendeiro	Maria Teresa Dos Santos Fazendeiro Roque Pereira

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS

CASA DO MENINO JESUS
REFERENTES AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2018



- 1- O Conselho Fiscal vem submeter o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestações de contas da Casa do Menino Jesus, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, dando assim cumprimento ao disposto nos estatutos da Instituição.
- 2- Analisou o Balanço (que evidencia um total do Ativo de 717.002,79€ e um total de fundos patrimoniais 570.865,29€ incluindo um resultado liquido positivo de (9.211,47€) e o correspondente Anexo que permite uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2018.
- 3- O relatório da Direção relativo à atividade da Instituição durante o ano de 2018 é claro e detalhado, evidenciando os aspetos mais significativos ocorridos.
- 4- O Balanço, a Demonstração dos Resultados e o anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade da Direção, encontram-se elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística e de acordo com os princípios geralmente aceites
- 5- Deixamos como alerta a necessidade imperiosa do reforço da informação de gestão disponível e da sua divulgação de forma atempada
- 6- O exercício de 2018 apresenta resultados positivos, no entanto, esta situação só ocorreu porque houve a venda de um imóvel no valor de que resultou num proveito de 31.211,71€ o resultado liquido do exercício seria de (- 28.575,81€).
- 7- *Deixamos como alerta que a Casa do Menino Jesus necessita de continuar o processo de reestruturação por forma a ter desempenhos positivos e se tornar sustentável.*

Parecer


Que se, aprove:

- O Relatório de Gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Covilhã, 15 de Março de 2019

O Conselho Fiscal

O Presidente Conselho Fiscal



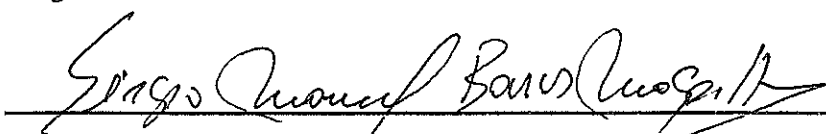
(Pedro Jorge Coelho Marques)

Vogal do Conselho Fiscal



(João Paulo Cardona Fazenda Almeida)

Vogal do Conselho Fiscal



Sérgio Manuel Barros Magalhães

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Casa do Menino Jesus, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que, de acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2018 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.casameninojesus.pt/documentação/, em 11 de Junho 2019.

A Direção,

